

**DE ESCRAVO A SENHOR DE TERRAS: TRAJETÓRIA DE FELICIANO DA
ROCHA, DA FAZENDA BARRENTAS, FREGUESIA DA GLORIOSA SENHORA
SANTA ANA DO SERIDÓ (SÉCULOS XVIII-XIX)**

HELDER ALEXANDRE MEDEIROS DE MACEDO*

Historicizamos, neste trabalho, a trajetória do preto forro Feliciano José da Rocha, que constituiu família e tornou-se senhor da fazenda Barrentas, situada na Freguesia da Gloriosa Senhora Santa Ana do Seridó, no sertão da Capitania do Rio Grande do Norte, entre meados do século XVIII e começo do século XIX. A história de Feliciano da Rocha e da sua passagem de escravo a forro e, posteriormente, vaqueiro e senhor de terras foi recolhida da tradição oral e publicada na forma escrita pela primeira vez, até onde temos conhecimento, por Manuel Dantas, no ano de 1898. Ela foi incluída em uma série de crônicas intituladas *Homens d'Outrora*, publicadas sob o pseudônimo *Tácito* no jornal *A República*, em Natal. Tais crônicas e mais outros ensaios de autoria de Manuel Dantas foram coligidos por José Augusto Bezerra de Medeiros e publicados sob o título de *Homens d'Outrora*, em 1941, integrando a *Bibliotheca de Historia Norte-Riograndense* (DANTAS, 1941). Posteriormente, a narrativa acerca da origem de Feliciano da Rocha ou sua presença no sertão foi mencionada nas obras de Luís da Câmara Cascudo (1967:226-7), Juvenal Lamartine (1965:55-6), Jayme da Nóbrega Santa Rosa (1974:84-85) e Olavo de Medeiros Filho (1981:125-6).

Segundo essa narrativa, a chegada de Feliciano da Rocha ao sertão do Rio Grande teria estreita relação com a pessoa de Antonio Pais de Bulhões, criador de gado que morava na fazenda do Remédio, ribeira do rio São José, o qual era casado com Ana de Araújo Pereira – esta, filha do português Tomaz de Araújo Pereira e de Maria da Conceição de Mendonça. Segundo Manuel Dantas, Antonio Pais de Bulhões dirigiu-se à região de Camaratuba, na Paraíba, a fim de comprar farinha em um ano de grande seca, objetivando suprir as necessidades de sua família. Procurou um senhor que detinha fartas provisões de farinha, mas, o mesmo, motivado pelo egoísmo e “(...) atemorizado pela clise climática, não quis vender a Antônio Pais um grão sequer da preciosa fécula, apesar das vantajosas propostas de compra com dinheiro à vista, em metal sonante (...)” (DANTAS, 1941:26-7).

* Professor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (DHC-CERES-Campus de Caicó). Doutor em História pela Universidade Federal de Pernambuco. Pesquisa financiada pela CAPES.

Um escravo desse senhor, de nome Feliciano da Rocha, obteve autorização do mesmo e vendeu, da sua farinha, uma porção a Antonio Pais de Bulhões. Condoído da situação da família do fazendeiro do vizinho Rio Grande, que afirmou que sua família estava se mantendo com “massa do xique-xique”, Feliciano da Rocha seguiu o comboio de Antonio Pais e lhe devolveu as moedas que havia recebido em paga da farinha. Este último, comovido com a atitude de bondade do escravo, agradeceu sua generosidade e prometeu sua amizade e um reencontro. Contornada a seca, Antonio Pais de Bulhões voltou à fazenda onde morava Feliciano da Rocha e o comprou, passando, logo em seguida, carta de alforria. Também lhe entregou uma de suas melhores fazendas para ser vaqueiro.

Certamente, com a renda acumulada do pagamento pelos seus serviços, através da *sorte* obtida por meio do sistema da quarta, Feliciano da Rocha acumulou pecúlio, o que lhe permitiu comprar sua própria fazenda, denominada de Barrentas. Esta fazenda era banhada por um riacho de mesmo nome, cujo desaguadouro ficava no riacho do Quinquê, na ribeira do rio São José. Temos, aqui, a reprodução das mesmas circunstâncias já observadas para a trajetória do crioulo forro Nicolau Mendes da Cruz, da fazenda São José, em nosso estudo de doutorado (MACEDO, 2013): a de um cativo, que, após conseguir alforria e trabalhar como vaqueiro, conseguiu amealhar recursos e montar sua fazenda destinada à criação de gado. A diferença é que, no caso de Feliciano da Rocha, não encontramos quaisquer documentos referentes à concessão de terras por meio do instituto das sesmarias.

Seguindo a narrativa evocada por Manuel Dantas, somos levados a crer que o mesmo teria adquirido, através de compra, as terras da fazenda Barrentas, embora não saibamos a quem ela pertencia anteriormente, tampouco quando foi feita a transação. É possível que Feliciano da Rocha também tivesse uma parte de terras na fazenda Cacimba das Cabras, situada nas proximidades da fazenda Saco. Duas razões aduzem-nos a pensar dessa maneira. A primeira é uma notícia dada por Juvenal Lamartine de Faria acerca de um rol de desobriga do padre Francisco de Brito Guerra, datado de 1807, onde constava a informação de que o “prêto” Feliciano José da Rocha e sua esposa Paula Pereira de Jesus residiam na fazenda Cacimba das Cabras. Na ocasião eles teriam 105 e 90 anos, respectivamente (LAMARTINE, 1965:56; MEDEIROS FILHO, 2002:179-80;192). Também nos registros paroquiais da Freguesia do Seridó há menção ao segundo Feliciano da Rocha, com a esposa Joana Maria da

Conceição, como sendo moradores na aludida fazenda no ano de 1796 (PSC. CPSJ. LO nº 1. FGSSAS, 1788-1811, fl. 46v-47).

Como já afirmado anteriormente, as histórias de vida de Feliciano da Rocha de Vasconcelos e de Antonio Pais de Bulhões, por ocasião das circunstâncias ocasionadas pela seca, se entrelaçaram. Este último casou com Ana de Araújo Pereira, filha do português Tomaz de Araújo Pereira e de Maria da Conceição de Mendonça (DANTAS, 1941:30-2). Desse casamento, até onde avançaram as pesquisas feitas por Olavo de Medeiros Filho e Jayme da Nóbrega Santa Rosa (MEDEIROS FILHO, 1981:124-8;223-44; SANTA ROSA, 1974:32-3), nasceram onze filhos, dos quais Ana de Araújo Pereira (2ª), Clara Maria, Bartolomeu da Costa e Cosme Pereira nasceram em, respectivamente, 1760, 1762, 1766 e 1768 – datas obtidas a partir do exame de documentação paroquial e judicial por Olavo de Medeiros Filho. Os marcos temporais citados nos indicam, se considerarmos que os demais filhos nasceram posteriormente, que o casamento de Antonio Pais e Ana de Araújo deve ter acontecido no fim da década de 1750.

Um detalhe observado por Olavo de Medeiros Filho e que foi incluído na sua descrição dos descendentes de Antonio Pais de Bulhões é que os filhos Bartolomeu da Costa Pereira e Cosme Pereira da Costa, nascidos, respectivamente, em 1766 e 1768, eram naturais da Freguesia de Mamanguape. Isto quer dizer que, após efetivada a união de Antonio Pais e de Ana de Araújo, o casal, provavelmente, residiu no território de Mamanguape, onde estava inserida a ribeira do Curimataú, onde os irmãos Pais de Bulhões detinham domínios por meio de sesmaria. Entre o fim da década de 1760 e começo da de 1770 é que, presumimos, Antonio Pais se transferiu, definitivamente, com a família, para a Freguesia Seridó, mais precisamente, para a ribeira do rio São José, onde comprou uma parte de terras aos herdeiros de Nicolau Mendes da Cruz, no sítio que tomava o mesmo nome da ribeira (MEDEIROS FILHO, 1981:125). Uma parte dessa propriedade, nas proximidades da casa da fazenda, passou a chamar-se, tempos depois da chegada de Antonio Pais, de *Remédio*, tendo sido assim denominada por Feliciano da Rocha num ano de seca, em função de ter encontrado água, a pouca profundidade, no leito do rio São José (DANTAS, 1924?: 16).

Possivelmente, na época da seca acima especificada, Feliciano da Rocha, já fosse alforriado e, na qualidade de vaqueiro de Antonio Pais de Bulhões, tivesse adquirido sua própria fazenda, onde habitava com esposa e filhos. Certamente, em função das relações de

confiança estabelecidas entre Feliciano da Rocha e Antonio Pais desde o episódio de Camaratuba, o gado do primeiro deveria habitar os pastos do sítio São José, sobretudo nos tempos em que as mudanças climáticas desfavoreciam os criadores. Depois da “sede mortífera” pela qual passavam os rebanhos de Feliciano da Rocha ter sido aplacada com a água do poço do rio São José, a área passou a ser chamada de *Remédio*, designação que se aplicou, também, para a fazenda de Antonio Pais de Bulhões. Pela cronologia das secas anotada por Manuel Antonio Dantas Corrêa para o século XVIII (correspondente aos anos de 1723-1724, 1744, 1766, 1778, 1791 e 1792), supomos que os acontecimentos ligados à descoberta desse poço com água disponível tenham se dado por ocasião da estiagem de 1778 (apud GUERRA & GUERRA, 2001:10-2), época em que já eram nascidos alguns dos filhos de Feliciano da Rocha, como discutiremos nos parágrafos posteriores.

Paula Pereira, esposa de Feliciano da Rocha, morreu em 1811, septuagenária, e foi sepultada na Capela de Nossa Senhora do Acari, “do cruzeiro para cima” (PSC. CPSJ. LO nº 1. FGSSAS, 1788-1811, fl. 145v). Este último morreu em 1815, com mais de 100 anos de idade, tendo sido, como sua esposa, sepultado “do cruzeiro para cima” na Capela do Acari (PSC. CPSJ. LO nº 2. FGSSAS, 1812-1838, fl. 22). A região compreendida entre o cruzeiro e a capela-mor, dentro dos templos coloniais, era destinada para os sepultamentos de pessoas de elevada condição ou prestígio. A geografia da morte dentro das igrejas e capelas, conforme o pensamento de João José Reis, dessa maneira, era também um espelho das relações sociais existentes no mundo dos vivos (REIS, 1999:128). Para confirmar essa assertiva, no estudo realizado por Alcineia Rodrigues dos Santos, com base em quase 3 mil registros de óbitos da Freguesia do Seridó, no período de 1788 a 1857, a historiadora constatou o sepultamento de apenas 1,3% dessa população no cruzeiro ou capela-mor (SANTOS, 2005:107).

Os dados acerca do lugar de inumação dos corpos de Feliciano da Rocha e de Paula Pereira ratificam a narrativa de Manuel Dantas acerca do primeiro, que, em sua opinião, teria enricado e partido para o mundo dos mortos “(...) em idade avançada, querido e respeitado como um dos homens de bem daquela [do Acari] terra” (DANTAS, 1941:27). Essa é a razão pela qual, acreditamos, José de Azevêdo Dantas tratou de Feliciano da Rocha, em sua crônica acerca da denominação do topônimo *Remédio*, como sendo “capitão” (DANTAS, 1924?:16). Nas crônicas de Paulo Bezerra, da mesma forma, Feliciano da Rocha é tratado como um “homem rico”, que, após iniciar seu trabalho como vaqueiro de Antonio Pais de Bulhões e

receber sua parte na *sorte*, iniciou “(...) então a compra de terra e se tornando dono de muitas braças, de grande rebanho, senhor da fazenda Barrentas, onde só vendia boi de era” (BEZERRA, 2004:13-4). O autor, em outra de suas *cartas*, rememora, inclusive, negócios envolvendo a compra de bois de lote por parte de Tomaz de Araújo Pereira (3º) a Feliciano da Rocha, avalizada pelo capitão-mor Manuel de Medeiros Rocha, da fazenda Remédio – boiada que partia dos currais das Barrentas para ser vendida no comércio de gado na Paraíba (BEZERRA, 2000:119-20).

Examinando os registros paroquiais da Freguesia do Seridó, na falta de um inventário *post-mortem* de Feliciano da Rocha ou de Paula Pereira – se é que foram realizados –, conseguimos detectar a presença de cativos residindo nas Barrentas. Entre a população de forros, como a historiografia brasileira vêm confirmando nos últimos anos, era comum haver a posse de escravos, numa tentativa de “(...) atenuar o estigma que carregavam na ‘condição’ e na ‘qualidade’ que possuíam (...)”, bem como de “(...) minorar a humilhação de serem confundidos com escravos (...)” e terem que, para tanto, apresentarem suas cartas de alforria como documento comprobatório (PAIVA, 2001:211). Ser dono de escravos, portanto, era assegurar um lugar de relevo na sociedade colonial, ato que demarcava a presença dos escravos no jogo das relações de poder no mundo da escravidão, sendo, assim, uma forma de se conseguir uma gradativa ascensão social (FARIA, 2004:161).

Uma ex-escrava de Feliciano da Rocha, e que, provavelmente, o acompanhava desde que se instalou na fazenda das Barrentas, na época de formação de seu plantel, era Inês Maria. Morreu em 1828, já considerada “preta forra” e viúva, tendo sido sepultada na Capela do Acari (PSC. CPSJ. LO nº 2. FGSSAS, 1812-1838, fl. 106). Simôa e Cipriana eram outras cativas de Feliciano da Rocha contidas nos registros paroquiais. A primeira, solteira, acompanhou o batizado da filha Maria, que foi realizado nas terras da fazenda Barrentas, no ano de 1804, quando se tornou comadre de Antonio José da Silva e de Maria Pereira da Rocha, genro e filha de Feliciano da Rocha, respectivamente (PSC. CPSJ. LB nº 1. FGSSAS, 1803-1806, fl. 38). No caso de Cipriana, esta compareceu à Capela do Acari em 1815 para o batizado do filho natural Cláudio, preto cativo, que foi apadrinhado por Francisco da Cunha Ribeiro, genro de Feliciano da Rocha, e por Florência Pereira de Souza, neta de Francisco Pereira da Cruz, irmão de Paula Pereira de Jesus (PSC. CPSJ. LB nº 2. FGSSAS, 1814-1818, fl. 55). É perceptível, pois, ainda que com base em poucos registros, a formação

de uma rede de parentesco ritual envolvendo os escravos da casa de Feliciano da Rocha com seus próprios familiares, escolhidos para desempenharem a função de padrinhos no momento do batismo.

No que diz respeito à prole do casal Feliciano da Rocha de Vasconcelos e Paula Pereira de Jesus, conseguimos rastrear a presença, na documentação compulsada, de 09 filhos, 42 netos e 22 bisnetos até os anos de 1830. O rebento mais velho, como já afirmamos anteriormente, era o homônimo Feliciano da Rocha Júnior, nascido por volta de 1750-1751, que, nos registros paroquiais e judiciais, também é tratado, por vezes, como Feliciano Pereira da Rocha e até reproduzindo, igualmente, o nome do pai. A filha mais nova de Feliciano da Rocha e Paula Pereira, até onde pudemos precisar, chamava-se Inácia, nascida em 1781, quando o pai era octogenário e a mãe estava na faixa dos 40 anos, vindo a falecer em 1801 (PSC. CPSJ. LO nº 1. FGSSAS, 1788-1811, fl. 78v).

Dois irmãos de Feliciano da Rocha Júnior já foram mencionados neste texto: Cosme Pereira da Rocha e Damiana Pereira da Rocha, que casaram com dois irmãos, filhos de Gonçalo Pereira Homem e de Maria da Conceição, de nomes Cosma Maria da Conceição (PSC. CPSJ. LC nº 1. FGSSAS, 1788-1809, fl. 50v) e Francisco Esteves Pereira (PSC. CPSJ. LC nº 1. FGSSAS, 1788-1809, fl. 111v-112), respectivamente. Outra irmã, Teodora Pereira da Rocha, contraiu matrimônio com Luiz Dantas de Alexandria, filho legítimo de Constantino de Oliveira e de Joana Dantas Corrêa (PSC. CPSJ. LC nº 1. FGSSAS, 1788-1809, fl. 44v-45), pais de Matias Dantas Corrêa.

Os outros filhos do casal Feliciano da Rocha e Paula Pereira que conseguimos evidenciar na documentação chamavam-se Francisco Pereira da Rocha, Maria Pereira da Rocha, Estevão Pereira da Rocha e Severina Pereira da Rocha. Acerca do primeiro, a única informação que dispomos é a de que teve um filho natural, Antonio Pereira da Rocha, que casou com a prima legítima Maria Madalena, filha legítima de Luiz Dantas de Alexandria e de Teodora Pereira da Rocha (PSC. CPSJ. LC nº 2. FGSSAS, 1809-1821, fl. 179v.). Maria Pereira da Rocha casou com Francisco da Cunha Ribeiro, natural da Freguesia de Nossa Senhora das Neves, da Paraíba, filho natural de Luiza Pia dos Santos (PSC. CPSJ. LC nº 1. FGSSAS, 1788-1809, fl. 123v.).

Francisco da Cunha já estava pelo sertão do Rio Grande, pelo menos, no começo da década de 1770, quando era proprietário da fazenda Riacho de Fora, na ribeira do Sabugi, que

adquirira ao capitão Manuel Nogueira de Carvalho. Entre 1771 e 1772, segundo Olavo de Medeiros Filho, Francisco da Cunha vendeu a propriedade do Riacho de Fora, com três léguas de terra de comprimento e uma de largura, aos irmãos Manuel de Medeiros Rocha, Antonio de Medeiros Rocha, Francisco Freire de Medeiros e José Barbosa de Medeiros (MEDEIROS FILHO, 1981:41). Acerca de Estevão Pereira da Rocha, igualmente, pouco sabemos, a não ser o nome de sua esposa, Antonia de Souza.

Severina Pereira da Rocha, com quem arrematamos a lista dos filhos de Feliciano da Rocha e Paula Pereira, foi casada com o português Antonio José da Silva. Manuel Dantas, partindo da tradição oral, reproduz a história da chegada desse *galego* ao Seridó, acompanhado de Feliciano da Rocha. Este o arregimentou, recém-chegado do Reino em Recife, para casar com sua filha Severina, dotando-o de vestuário feito na melhor alfaiataria da sede da Capitania de Pernambuco e da promessa de um bom casamento. Embora não fosse muito simpático da ideia de ter uma “noiva preta”, a ânsia por “(...) fazer fortuna e a convicção de que ser-lhe-ia impossível gosar das delícias do himeneu com uma consorte de cor mais clara, fizeram-no aceitar a proposta (...)” (DANTAS, 1941:29) e viajar para o sertão.

Mesmo malcontente com a situação de ter uma noiva “escura de mais”, rendeu-se ao casamento, tendo o sogro Feliciano da Rocha suavizado seu desgosto com um “dote principesco”. Fruto desse dote, Antonio José acumulou considerável fortuna em dinheiro de ouro e prata, a ponto de ser esta, após sua morte, dividida “(...) em *quarteirões* pelo seus oito ou nove filhos” (DANTAS, 1941:30). Da parte de Feliciano da Rocha, casar sua filha com um português, mesmo sendo de poucos haveres, significaria a manutenção do status adquirido para si e sua família, gradativamente, a partir de sua experiência de juntar pecúlio com o trabalho na pecuária. Muirakytan Kennedy de Macêdo, analisando o casamento na ribeira do Seridó, utilizou o exemplo de Antonio José, narrado por Manuel Dantas, para atestar o perfil dos noivos desejado pelos fazendeiros do sertão: “dote, boas perspectivas financeiras no futuro e autonomia como proprietário de terras” (MACÊDO, 2007:224).

Antonio José já era morador nas Barrentas em 1789, quando um anônimo, com dois dias de nascido, filho da sua escrava Maria, morreu e foi sepultado na Capela do Acari (PSC. CPSJ. LO nº 1. FGSSAS, 1788-1811, fl. 06). No ano de 1805, o casal Antonio José da Silva e Severina Pereira da Rocha já morava na fazenda Roçado, ocasião em que foi batizado o filho Joaquim (PSC. CPSJ. LB nº 1. FGSSAS, 1803-1806, fl. 91). Não podemos deixar de

mencionar que, das filhas de Antonio José e Severina Pereira, uma casou com um português, natural da Freguesia de São Miguel, da Cidade do Porto, chamado Joaquim Antonio dos Santos, que era filho legítimo de Francisco Antonio dos Santos e de Miquilina Rosa. Trata-se de Antonia Maria da Silva, cujo casamento com Joaquim Antonio deu-se na fazenda do Roçado em 07 de setembro de 1818. O casal, após a bênção matrimonial, residiu na fazenda Luiza. Existe uma probabilidade de Joaquim Antonio ser parente, em grau aproximado, do sogro Antonio José, já que, entre os portugueses e filhos destes, como apontamos em estudo anterior, a tendência era a de se promover casamentos e escolher padrinhos de batismo entre os patrícios ou seus descendentes (MACEDO, 2011:13-5).

Considerando que a grande maioria dos casamentos feitos no sertão, no período colonial, eram instrumentados pelos pais, percebemos que Feliciano da Rocha promoveu conexões de diversas ordens ao casar seus filhos e netos. Conexões que objetivavam, certamente, a manutenção da posse da terra – que conseguira a custo de suas vivências e do favor que prestara a Antonio Pais de Bulhões – e do status que conseguiu, amealhando, além da própria terra, gados e escravos. Isso explicaria, parafraseando a análise feita por Muirakytan Kennedy de Macêdo, a escolha de um português chegado da metrópole – embora, sem muitas posses – para casar com a filha Severina (MACÊDO, 2007). Dos outros consogros de Feliciano da Rocha que conseguimos averiguar na documentação é importante mencionar os irmãos Francisco Pereira da Cruz e Gonçalo Pereira Homem, cujas famílias proliferaram no território da fazenda do Saco, além de Gonçalo Pereira do Amarante, filho do primeiro, que morou na Serra do Periquito.

Parece-nos, a julgar pelas evidências que encontramos nos documentos paroquiais e judiciais, que a fazenda Barrentas se constituiu enquanto território onde se localizaram tanto os patriarcas da família Pereira da Rocha quanto seus filhos, em épocas diversas. Mesmo quando o velho Feliciano da Rocha ainda era vivo, residiram nas Barrentas cinco de seus filhos: Feliciano da Rocha Júnior (que alternava com a moradia na Cacimba das Cabras), Teodora Pereira, Maria Pereira, Severina Pereira (esta, posteriormente, mudou-se para a fazenda Roçado) e Estevão Pereira. Desconfiamos, também, que Francisco Pereira, celibatário que teve um filho natural – Antonio Pereira da Rocha, casado com a prima Maria Madalena – tenha morado nos campos da Barrentas. Da mesma forma que Feliciano da Rocha concentrou,

em torno de si, a maioria dos filhos, nas relações de compadrio também percebemos um reforço das relações entre os familiares mais próximos.

O mesmo Francisco Pereira da Rocha, sobre quem tecemos comentário no parágrafo anterior, foi padrinho de seu sobrinho José, em 1805, junto com outra sobrinha, Izabel da Silva, filha de Antonio José da Silva e Severina Pereira da Rocha. Este português, sobre quem Manuel Dantas dedicou algumas linhas em seu *Homens de Outr'ora*, junto com a cunhada Antonia de Souza – esposa de Estevão Pereira da Rocha – foi padrinho de uma neta desta última, Maria, em 1806. À exceção desses dois exemplos, a maioria dos demais padrinhos e madrinhas de netos e bisnetos de Feliciano da Rocha se concentraram no português Antonio José da Silva e em seus descendentes. Esse dado confirma a ideia acerca da busca de um padrinho ou madrinha, que, nos tempos coloniais, geralmente se dava entre pessoas que detivessem certo cabedal ou condições de tomar para si a criação dos afilhados, caso alguma fatalidade ocorresse com os pais.

Além desse critério – o das condições materiais –, a escolha pelo português Antonio José ou sua prole, de certa maneira, deixaria as relações firmadas dentro da mesma família, como aconteceu com três netos (Joaquim, filho de Francisco da Cunha e Maria Pereira; José, filho de Cosme Pereira e Cosma Maria; e Maria Madalena, filha de Luiz Dantas e Teodora Pereira) e uma bisneta (Maria, neta de Estevão Pereira e Antonia de Souza) de Feliciano da Rocha e Paula Pereira. Nessas quatro cerimônias de batizado, pelo menos um dos padrinhos fazia parte do núcleo familiar de Antonio José e Severina Pereira.

É preciso lembrar, também, que os próprios descendentes deste último casal escolheram apadrinhar suas crianças, prioritariamente, dentro do mesmo núcleo. Vale realçar o exemplo da celibatária Paula Joaquina da Silva, que foi madrinha, além da prima legítima Maria Madalena, de dois sobrinhos: Antonio, filho de Antonio Ferreira e Izabel da Silva e Joaquim, filho de José Antonio e Joaquina Francisca. Contudo, a busca por padrinhos ou madrinhas entre os descendentes de Feliciano da Rocha e Paula Pereira também se estendeu para criadores – e suas esposas – situados nas ribeiras adjacentes à fazenda Barrentas.

Iniciemos mencionando o pardo Anselmo Pereira da Cruz, neto de Francisco Pereira da Cruz e Cosma Rodrigues, que apadrinhou, em 1816, o pequeno Félix, filho de Cosme Pereira e Cosma Maria. Aqui, inicialmente, é necessário ressaltar que o padrinho nascera e se criara na fazenda Saco, relativamente próxima da Barrentas e igualmente situada na bacia do

rio São José. Por outro lado, as afinidades genealógicas com Félix se davam pelo lado paterno e materno: o pai de Félix, Cosme Pereira da Rocha, era primo legítimo de Gonçalo Pereira do Amarante, pai de Anselmo; a mãe de Félix, Cosma Maria, por sua vez, era cunhada (e prima legítima do pai de Anselmo, Gonçalo Pereira), vez que era irmã de sua esposa, Damiana Pereira.

De três outras famílias, enraizadas historicamente na ribeira do Seridó e situadas nas redondezas da fazenda Barrentas, foram escolhidos padrinhos e madrinhas para os descendentes de Feliciano da Rocha e Paula Pereira: os Araújo Pereira, os Medeiros Rocha e os Lopes Galvão.

Da cepa dos Araújo Pereira proveio Francisca Maria do Carmo, que, em 1814, foi madrinha de Antonio, filho de Luiz Dantas e Teodora Pereira, junto com João de Albuquerque Maranhão Júnior. Francisca Maria era filha de João Damasceno Pereira – irmão de Ana de Araújo Pereira e, portanto, cunhado de Antonio Pais de Bulhões – e este, por sua vez, de Tomaz de Araújo Pereira (1º) e de Maria da Conceição de Mendonça. Uma sobrinha de Francisca Maria do Carmo, de nome Maria dos Santos de Medeiros (filha de João Filipe da Silva e de Damázia Maria da Conceição), junto com o esposo, Bartolomeu de Medeiros Rocha, em 1835, apadrinhou o pardo João, neto de Antonio José da Silva e Severina Pereira da Rocha. Dois outros parentes de Francisca Maria do Carmo, igualmente, tornaram-se compadres de filho e netos de Feliciano da Rocha e Paula Pereira.

O primeiro, Rodrigo José de Medeiros, era seu primo legítimo (filho de Tomaz de Araújo Pereira, o 2º, e de Tereza de Jesus Maria), casado com Maria Renovata de Medeiros. Foram padrinhos, ele, de Joaquim (1814), filho de Francisco da Cunha e Maria Pereira e, ela, junto com o seu irmão Joaquim Félix de Medeiros, apadrinhou a João (1815), neto de Antonio José e Severina Pereira. A segunda chamava-se Maria Josefa da Conceição e era sua prima em segundo grau, sendo filha legítima de Joaquim de Araújo Pereira e Josefa Freire de Medeiros. Junto com o marido, João Lopes Galvão, em 1836, apadrinhou a Antonio, também neto de Antonio José e Severina Pereira.

Os Albuquerque Maranhão, que eram senhores de extensões territoriais na ribeira do Seridó desde a época da Guerra dos Bárbaros, da mesma forma que com os descendentes de Francisco Pereira e Cosma Rodrigues, firmaram relações de compadrio com os Pereira da Rocha. O capitão João de Albuquerque Maranhão, por meio de seu procurador, Félix Gomes

Pequeno, no ano de 1805, foi padrinho de Joaquim José da Silva, filho de Antonio José da Silva e Severina Pereira da Rocha. João de Albuquerque Maranhão Júnior, seu filho, junto com a esposa, Maria Francisca Benedita de Albuquerque, apadrinhou a Cipriano, neto de Antonio José e Severina Pereira, em 1837. Nesse batizado, o casal foi representado por seus procuradores, Antonio José da Silva e Maria Joaquina da Silva. Anteriormente, em 1814, João de Albuquerque (2º) havia feito par com Francisca Maria do Carmo, por meio de procurador, numa cerimônia de batizado que mencionamos nos parágrafos anteriores.

A família do capitão-mor Manuel de Medeiros Rocha, da fazenda Remédio, também construiu nexos de parentesco espiritual com a de Feliciano da Rocha. O citado capitão-mor era casado com Ana de Araújo Pereira (2ª), filha de Antonio Pais de Bulhões e de Ana de Araújo Pereira, e apadrinhou, em 1805, uma criança chamada, coincidentemente, de Feliciano. Era neto de Estevão Pereira e de Antonia de Souza e bisneto de Feliciano da Rocha e Paula Pereira. Três filhos do capitão-mor Manuel de Medeiros, igualmente, tornaram-se compadres de netos de Feliciano da Rocha: Joaquim Félix de Medeiros, Bartolomeu de Medeiros Rocha e Maria Renovata de Medeiros, cujas participações nessa rede de parentesco ritual já foram mencionadas nos parágrafos precedentes.

É importante lembrar, contudo, que o ramo da prole de Feliciano da Rocha composto dos filhos de Antonio José e Severina Pereira não apenas estabeleceram laços de parentesco ritual com outras famílias da ribeira do Seridó. Também firmaram importantes conexões através da consaguinidade, unindo os Pereira da Rocha com os Araújo Pereira e Medeiros Rocha, da fazenda Remédio; com os Lopes Galvão, da ribeira do Totoró e com os Alves dos Santos, da fazenda Lajes. Em 1828, na Capela do Acari, por exemplo, ocorreu o casamento de Alexandre José da Silva com Vicência Maria de Santa Ana. Ele, filho de Antonio José da Silva e de Severina Pereira da Rocha, neto, portanto, de Feliciano da Rocha e de Paula Pereira. Ela, já viúva de Antonio Alves dos Santos, era filha de Manuel Lopes Galvão e de Ana de Araújo Pereira (3ª), da fazenda Areia.

Manuel Lopes, por sua vez, era filho de Cipriano Lopes Galvão (2º) e de Vicência Lins de Vasconcelos, sendo neto, pelo lado paterno, de Cipriano Lopes Galvão e de Adriana de Holanda e Vasconcelos e, pelo lado materno, de Francisco Cardoso dos Santos e de Tereza Lins de Vasconcelos – esta, filha do português Alexandre Rodrigues da Cruz. Este último e Cipriano Lopes Galvão são considerados troncos de famílias tradicionais do Seridó, figurando

como titulares de capítulos específicos das *Velhas famílias do Seridó*, de Olavo de Medeiros Filho. Alexandre Rodrigues situou-se com fazenda de criar gado na fazenda Acauã Velha, enquanto que Cipriano Lopes na fazenda Totoró, ambas as propriedades herdadas por seus descendentes (MEDEIROS FILHO, 1981:249-55;367-85).

Ana de Araújo Pereira (3ª) era filha legítima de Manuel de Medeiros Rocha e de Ana de Araújo Pereira, do Remédio. Neta, pelo lado paterno, de Rodrigo de Medeiros Rocha e Apolônia Barbosa de Araújo, casal que, junto com Sebastião de Medeiros Mattos e Antonia de Moraes Valcácer (2ª) – dois irmãos e duas irmãs – se constituem nos troncos da família Medeiros nos sertões do Rio Grande e Paraíba. Pelo lado materno, a 3ª Ana de Araújo era neta de Antonio Pais de Bulhões e de Ana de Araújo Pereira, esta última, filha do português Tomaz de Araújo Pereira e de Maria da Conceição de Mendonça, de onde partiu a grande família Araújo Pereira, ramificando-se junto com os Soares Pereira, Dantas Corrêa, Gomes da Silva, Pais de Bulhões, Barros e Gorgônio (MEDEIROS FILHO, 1981:11-105;107-247).

Joaquim José da Silva, outro filho de Antonio José e de Severina Pereira – igualmente, neto de Feliciano da Rocha – casou com Constância Maria de Santa Ana (em alguns documentos, Constância Maria de Jesus), filha legítima da mesma Vicência Maria de Santa Ana, já mencionada, do seu primeiro casamento com Antonio Alves dos Santos. Joaquim José e Constância Maria já eram casados em 1837, quando moravam no sítio Salgado. Antonio Alves dos Santos, pai desta última, era filho legítimo do capitão Custódio José Ferreira, português, e de Maria José de Jesus. Neto, pelo lado materno, de Antonio Alves dos Santos e Tereza de Jesus, do Riacho do Piató. Antonio Alves era filho do português Domingos Alves dos Santos e de Joana Batista da Encarnação, que moraram na fazenda Lajes, casal que é considerado tronco das famílias Alves dos Santos, Batista dos Santos, Gonçalves de Melo e Teixeira da Fonseca, radicadas na ribeira do Seridó (COSTA, 1999; MEDEIROS FILHO, 1981:313-43).

Partindo da problematização feita por Muirakytan Macêdo, a posse da terra, de gado e de escravos se constituía como a principal forma de acúmulo e manutenção de cabedal entre fazendeiros estabelecidos na ribeira do Seridó durante o século XVIII (MACÊDO, 2007:84). Por ser dono de considerável patrimônio é que Feliciano da Rocha de Vasconcelos conseguiu demarcar seu lugar dentro da sociedade colonial ao promover alianças consanguíneas e rituais entre seus descendentes e famílias cujos patriarcas eram de origem lusitana ou luso-brasílica,

como demonstrado nos parágrafos precedentes. Seu patrimônio territorial, a julgar pelo que Manuel Dantas recolheu da tradição oral, foi adquirido através de compra, muito embora José de Azevêdo Dantas, ao tratar do episódio que batizou certa localidade do riacho São José de *Remédio* tenha feito uma referência ao fato de que o “capitão” Feliciano da Rocha, no século XVIII, requereu terras a oeste da Serra da Dorna, “(...) onde edificou casas e constituiu família” (DANTAS, 1924?:16). Não encontramos, na documentação sesmarial disponível para as capitanias do Rio Grande e Paraíba, referência à concessão de datas de terra a Feliciano da Rocha ou a seus descendentes.

No caso das Barrentas, fazenda onde habitou o casal Feliciano da Rocha e Paula Pereira, bem como grande parte de seus filhos e netos, não encontramos o processo de sua demarcação original, que, provavelmente, ocorreu no século XVIII. Essa informação está contida na demarcação que foi efetuada em 1871, requerida pelo padre Tomaz Pereira de Araújo, onde tomaram parte descendentes de Feliciano da Rocha. Nesse documento, os senhores do “sítio Barrentas” reportam a uma “antiga demarcação” ou “tombo” feita por Feliciano da Rocha de Vasconcelos, que apontava os limites da terra demarcada com a Data do Salgado, no rio São José, e com as propriedades Vaca Brava, Olho d’Água e Quinquê (RN. FDFB. CA. AC. Mç 01. Demarcação e Divisão amigáveis do Sítio Barrentas requeridas por P.e Thomaz Pereira de Araujo, 1871). Infelizmente, nessa demarcação, não foram anexadas as escrituras de compra da terra, como era de praxe em processos cíveis dessa natureza no século XIX. Encontramos referências à fazenda Barrentas, contudo, em inventários post-mortem de descendentes de Feliciano da Rocha, como discutimos em nosso estudo de doutoramento (MACEDO, 2013:252-5).

Os Pereira da Rocha construíram laços de parentesco ritual e consaguíneo com a família Araújo Pereira e seus descendentes, radicados na ribeira do Seridó, como analisamos anteriormente. Os registros do pagamento da siza no termo da Vila Nova do Príncipe, destarte, indicam-nos que tais relações também existiram no plano das relações de posse e transmissão da terra. Caso é que, em novembro de 1815, dois meses após a morte de Feliciano da Rocha, seu filho Francisco Pereira da Rocha comprou, a Luiz Rodrigo de Souza Monteiro, uma porção de terras de criar gados, no sítio do Olho d’Água, pelo valor de 150\$000. A transação foi feita por intermédio do procurador do antigo proprietário da terra, o capitão Tomaz de Araújo Pereira (3º) (LABORDOC. FJMN. Cx. 572. Livro para os Termos dos

Depozitos das Sizas dos bens de raiz da Villa do Principe, 1809-1820, fl. 35v). Um ano depois, em 1816, Francisco Pereira da Rocha fez nova aquisição de terras, desta vez junto ao próprio capitão Tomaz de Araújo Pereira (3º) e à sua esposa, dona Tereza de Jesus. Pelo valor de 110\$000, o filho do falecido Feliciano da Rocha adquiriu uma légua e meia de terras na Serra de Santos Cosme e Damião (LABORDOC. FJMN. Cx. 572. Livro para os Termos dos Depozitos das Sizas..., fl. 39v). A razão para Francisco Pereira ter adquirido, após a morte dos pais, essas partes de terra, é ainda nebulosa, visto que ambas deveriam ser anexas a glebas que foram de sua mãe, Paula Pereira, como se depreende da leitura do inventário de Maria Pereira da Rocha (1818). Presumimos, que, por não ter casado, deve ter ficado nas Barrentas, residindo e cuidando do patrimônio adquirido pelo seu pai.

Supomos que, anos mais tarde, um ou mais herdeiros de Feliciano da Rocha tenham vendido parte da propriedade das Barrentas para o mesmo Tomaz de Araújo (3º) a quem Francisco Pereira da Rocha comprara sortes de terra na Serra dos Santos Cosme e Damião e no sítio Olho d'Água. A razão para assim o crermos é que, no inventário do citado Tomaz de Araújo Pereira (3º), que aconteceu no ano de 1847, consta, dentre seus bens de raiz, no sítio das Barrentas, terras com casa, açude e cercado, "(...) havidas por compra aos herdeiros do finado Fliciano da Rocha (...)", que foram avaliadas por 350\$000 (MEDEIROS FILHO, 1981:131). Segundo o mesmo inventário, além de partes de terra nos sítios São José e Saco, o capitão Tomaz de Araújo (3º) também era dono de uma parte de terras na "Dattta de Sanctos Cosmes", na Serra da Dorna, que valia 800\$000 (MEDEIROS FILHO, 1981:131).

Decerto, que, no caso das Barrentas, não se tratava de toda a propriedade, afinal, na demarcação do sítio, em 1871, estavam presentes diversos descendentes de Feliciano da Rocha, alegando os seus títulos de herança e mencionando o antigo "tombo" da primeira divisão, feita pelo seu ancestral. Não temos certeza do que aconteceu com a terra dos herdeiros de Feliciano da Rocha após essa demarcação, mas, seus descendentes, bem como os de Chico Pereira e Cosma Rodrigues, encontram-se pela região de Acari até a contemporaneidade. A descrição da terra do Saco, igualmente, sugere que o 3º Tomaz de Araújo não era detentor de toda a propriedade: "No Sitio do Saco do Pereira varias partes de Terras compradas a diferentes herdeiros", avaliadas em 92\$720 (MEDEIROS FILHO, 1981:131).

Embora não tenhamos todas as respostas acerca de como se deu, até os dias de hoje, o processo de transmissão da terra nas Barrentas, podemos afirmar que, entre o século XVIII e a primeira metade do século XIX, os Pereira da Rocha territorializaram o espaço da ribeira do rio São José, tributária da ribeira do Seridó, onde construíram suas famílias. Os filhos, netos, bisnetos e trinets de Feliciano da Rocha, por meio de parentesco consanguíneo e ritual, estabeleceram importantes conexões com grupos familiares provindos de colonizadores portugueses ou luso-brasílicos, que, assim como eles, sobreviveram do sustento que lhes dava a criação de gado e a pequena lavoura, principalmente.

REFERÊNCIAS

- BEZERRA, Paulo. **Cartas dos Sertões do Seridó**. Natal: Lidador, 2000.
- BEZERRA, Paulo. **Outras cartas dos sertões do Seridó**. Natal: [s.n.], 2004.
- CASCUDO, Luís da Câmara. **História da alimentação no Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967.
- CORRÊA, Manuel Antônio Dantas. Sem título. In: GUERRA, Phelipe; GUERRA, Theophilo. **Seccas contra a secca**. 4.ed. Mossoró: Fundação Vingt-Un Rosado/Fundação Guimarães Duque, 2001. p. 9-16.
- COSTA, Sinval. **Os Álvares do Seridó e suas ramificações**. Recife: ed. do autor, 1999.
- DANTAS, José de Azevêdo Dantas. “Remedio”. **O Momento em Acary**, Acari, 1924?, p. 16. (Documento manuscrito e digitalizado, sob custódia da Biblioteca Central da Universidade Federal de Pernambuco).
- DANTAS, Manoel. **Homens de outr’ora**. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti Editores, 1941.
- FARIA, Sheila Siqueira de Castro. **Sinhás pretas, damas mercadoras: as pretas minas nas cidades do Rio de Janeiro e de São João del Rey (1700-1850)**. 2004. 278f. Tese (Concurso para Professor Titular em História do Brasil – Departamento de História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2004.
- LAMARTINE, Juvenal. **Velhos costumes do meu sertão**. Natal: Fundação José Augusto, 1965.
- MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de. Colonos portugueses e luso-brasílicos na formação de agrupamentos familiares na Freguesia do Seridó (1788-1811). **Clio – Série História do Nordeste**, Recife, v. 29, n. 2, 2011.

- MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de. **Outras famílias do Seridó: genealogias mestiças no sertão do Rio Grande do Norte (séculos XVIII-XIX)**. 2013. 360f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013.
- MACÊDO, Muirakytan Kennedy de. **Rústicos cabedais: patrimônio familiar e cotidiano nos sertões do Seridó (século XVIII)**. 2007. 300f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2007.
- MEDEIROS FILHO, Olavo de. **Cronologia Seridoense**. Mossoró: Fundação Guimarães Duque/Fundação Vingt-Un Rosado, 2002.
- MEDEIROS FILHO, Olavo de. **Velhas famílias do Seridó**. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1981.
- PAIVA, Eduardo França. **Escravidão e universo cultural na colônia: Minas Gerais, 1716-1789**. Belo Horizonte: EDUFMG, 2001.
- REIS, João José. **A morte é uma festa: rituais fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- SANTA ROSA, Jayme da Nóbrega. **Acari: fundação, história e desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Pongetti, 1974.
- SANTOS, Alcineia Rodrigues dos. **Temp(l)o da memória: o lugar da morte no Seridó (séculos XVIII e XIX)**. 2005. 174p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal.

LISTA DE ABREVIATURAS UTILIZADAS

AC – Ações cíveis

CA – Comarca de Acari

CPSJ – Casa Paroquial São Joaquim

Cx. - Caixa

FDFB – Fórum Desembargador Félix Bezerra, de Acari

FGSSAS – Freguesia da Gloriosa Senhora Santa Ana do Seridó

FJMN – Fundo Joaquim Martiniano Neto

LABORDOC – Laboratório de Documentação Histórica da UFRN, CERES, Campus de Caicó

LB – Livro de batismos

LC – Livro de casamentos

LO – Livro de óbitos

Mç – Maço

PSC – Paróquia de Sant'Ana, de Caicó

RN – Rio Grande do Norte